

Governo do Estado de São Paulo Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo Conselho Fiscal

ATA DE REUNIÃO

Nº do Processo: 271.00000618/2024-83

Interessado: Conselho Fiscal

Assunto: 161ª Reunião Ordinária

ATA DA 161ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de agosto de dois mil e vinte e cinco, às 9:30, conforme prévia convocação, por meio eletrônico, reuniu-se ordinariamente o Conselho Fiscal da Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo SP-PREVCOM, no formato híbrido. Participação presencial do Conselheiro titular José Roberto de Moraes e, de forma virtual, os Conselheiros Paulo Rafael Minetto Maceta, Presidente do Conselho, André Arcas de Souza e Leonardo José Mattos Sultani, membros titulares; e Douglas Schiavoni Froemming, Filipe Camargo Barwick e Fernando Zanelli, membros suplentes. Pela Fundação participaram presencialmente Vanessa Pacheco de Souza Romão Ceron, Diretora Administrativa, Francislene Nascimento, Diretora de Investimentos, André Rodrigues Veras, Diretor de Seguridade e Sra. Lana Longanezi Bento, gerente contábil. Ianda, participaram remotamente, a Sra. Renata Simões de Souza, responsável pela área de Gestão de Riscos, Controles Internos e Conformidade e o Sr. Wânnius Ardenghy Nazário, Auditor Interno. Dando início à reunião, o Sr. Paulo deu as boas-vindas ao Conselheiro Leonardo José Mattos Sultani que se apresentou ao Colegiado, destacando sua satisfação em integrar o Conselho Fiscal, ressaltando a relevância da PREVCOM no âmbito da previdência complementar, enfatizando a robustez institucional, o potencial de expansão e a busca constante por eficiência administrativa. Manifestou disposição em colaborar ativamente com os trabalhos, reforçando seu compromisso em contribuir e aprender com o grupo. O Presidente agradeceu e submeteu à apreciação do colegiado, como primeiro item da pauta, a ata da 161ª Reunião Ordinária do colegiado, a qual foi aprovada por unanimidade, sem ressalvas. Para apresentar o item 2 da pauta, convidou a Diretora de Investimentos, Sra. Francislene, que iniciou apresentando o relatório mensal, posição julho/2025, detalhando a evolução patrimonial que atingiu R\$ 4,371 bilhões e a captação líquida no mês de R\$ 44,98 milhões. Comentou que a distribuição dos ativos por Plano, permanece concentrada nos Planos RG UNIS, RG e RP que representam 95,20% do patrimônio e 4,80% os demais planos. Ressaltou o desempenho do Plano PA, que vem apresentando forte crescimento, com captação mensal próxima de R\$ 4 milhões e patrimônio de R\$ 52 milhões, ainda que possua menos de 24 meses de existência. Na sequência demonstrou a performance individual por plano e a rentabilidade acumulada versus a meta, tanto na posição no ano, guanto em 12, 24 e 36 meses com o atingimento da meta. A Diretora continuou a apresentação, demonstrando as alocações do patrimônio por indexadores e por classe de ativos, destacando que dado o cenário global e a questão tarifária dos Estados Unidos, vem mantendo a posição que já era bastante conservadora. Em seguência, demonstrou o patrimônio por fundo em cada segmento de renda fixa, renda variável, exterior, imobiliário, estruturado FIP e empréstimo mútuo, por gestor, indexador, pelo valor do patrimônio e pelo percentual correspondente. Sobre o PGA, apresentou a rentabilidade do mês (julho) e desde o

início da criação do plano que atingiu 261,95%, superando em 105% o alvo de 249,28%. Finalizou demonstrando o quadro comparativo de rentabilidade entre as 138 EFPC, as principais movimentações do mês de julho/25 e os resgates de participantes por plano. Dando continuidade, especificamente em relação ao item 3 - Monitoramento das Obrigações Legais, o Presidente passou a palavra à Sra. Renata que relatou ter realizado acompanhamento junto às áreas quanto ao cumprimento das obrigações legais, destacando que as equipes têm se mantido atentas aos prazos, apresentando as evidências solicitadas, inclusive em caráter de teste de aderência. Informou, ainda, que a Diretoria já respondeu às manifestações e recomendações do Conselho Fiscal, em conformidade com a Resolução CGPC nº 13, e que tais respostas serão apresentadas na reunião ordinária do Conselho Deliberativo de agosto/2025, compondo o relatório semestral. A Presidência agradeceu pelas informações, sendo o tema encerrado sem manifestações adicionais. Seguindo os itens da pauta, passou a palavra a Sra. Lana para apresentação dos itens 4 - fluxo de caixa e 5 - relatório de acompanhamento do orçamento. A Sra. Lana destacou o aumento de 1,7% no Patrimônio Social de julho para agosto, motivado por um fluxo positivo de recursos, composto pelas receitas que foram superiores às despesas acrescidas da rentabilidade dos investimentos do período. Ainda, o saldo de R\$ 4,43 bilhões na conta dos Participantes, R\$ 4,49 bilhões em ativos administrados, um saldo de R\$ 4,41 bilhões, em recursos garantidores e em ativos totais para um patrimônio de cobertura de R\$ 4,29 bilhões. Apresentou, também, a evolução do Plano de Gestão Administrativa (PGA), que registrou crescimento, de 35,02% no semestre, com receitas oriundas das taxas de administração e rendimento dos investimentos, além das despesas administrativas e contingenciais. Ressaltou que a política de investimentos do PGA é mais conservadora em comparação aos planos previdenciais, o que explica a menor oscilação da rentabilidade. Seguindo, demonstrou o reflexo nas cotas nos seis primeiros meses do ano, observando que é um comparativo do mês anterior e que houve um crescimento médio de 0,89%, refletindo positivamente no acumulado do ano. Em relação à execução orçamentária, apresentou as informações contidas nas colunas (i) realizado em junho/2024, (ii) o realizado versus o orçado acumulado até a competência, junho/2025 e (iii) o orçado versus o saldo no ano de 2025. Comentou que as despesas, por sua vez, se mantiveram abaixo do previsto, com exceção de alguns itens, como Serviços Atuariais, de Comunicação e Serviços de Tecnologia da Informação, cujo impacto decorreu de serviços prestados em 2024, mas reconhecidos contabilmente em 2025. Por fim, apresentou os indicadores previstos na Resolução CNPC nº 62/2024, abordando: (i) taxa de administração em relação ao total de participantes e assistidos (população) e aos recursos garantidores dos planos de benefício; (ii) taxa de carregamento, em relação ao total dos participantes e assistidos (população) e às contribuições dos participantes e assistidos e dos patrocinadores e instituidores ou aos benefícios dos assistidos; (iii) as despesas de gestão administrativa em relação ao total de participantes e assistidos, aos recursos garantidores dos Planos, ao ativo total, ao fundo administrativo dos Planos, às receitas da gestão administrativa e ao valor estabelecido para o exercício; (iv) as despesas com pessoal, em relação às receitas e às despesas da gestão administrativa; (v) a evolução dos Fundos Administrativos. Informou que o Fundo Administrativo, que encerrou 2024 com saldo de R\$ 76 milhões, alcançou em junho/2025 a marca de R\$ 90,1 milhões, acumulando crescimento de 17,2%, com expectativa de atingir 32,3% até dezembro de 2025. Encerrada a apresentação, o Presidente agradeceu a exposição e abriu espaço para manifestações dos conselheiros, não havendo questionamentos adicionais. Seguindo para o item 6 da pauta, passou a palavra ao Auditor Interno Wânnius que iniciou a apresentação sobre a situação atual das recomendações dos Órgãos de Controle, sob acompanhamento da Auditoria Interna, posição do período entre julho/2025 e agosto/2025. Relatou a existência de 26 recomendações pendentes de solução, sendo 6 próximas da conclusão, embora nenhuma tenha sido validada no período. Destacou que parte das recomendações foi reprogramada, sempre com anuência do Conselho Deliberativo, e apresentou a distribuição por Diretoria, ressaltando que o número deverá aumentar em razão das recomendações oriundas do relatório circunstanciado da auditoria externa, pela empresa, BDO e do 6º levantamento de riscos realizado em maio/2025. Foi apresentada nova coluna de acompanhamento do percentual de cumprimento das

recomendações, com o objetivo de permitir ajustes prévios e evitar reprogramações ao final do exercício. Comentou, ainda, sobre a auditoria em andamento referente ao Planejamento de Investimentos de 2025, abrangendo desde a definição da política até a seleção e acompanhamento de gestores e fundos, cujo relatório está em fase final de revisão, sem identificação de grandes problemas, mas com recomendações de natureza documental e processual. Quanto ao cadastro, informou 40% de avanço, com expectativa de conclusão em breve. Encerrada a apresentação, o Presidente seguiu para o item 7, último item da pauta, e solicitou ao Diretor de Seguridade explanasse sobre o tema discutido na reunião ordinária do Conselho Fiscal do mês de julho/2025, relativo às inconsistências verificadas por alguns participantes em suas declarações de Imposto de Renda, nas quais constavam informações divergentes das efetivamente prestadas à Receita Federal. O Sr. André esclareceu que, tão logo identificado o problema, a PREVCOM acionou a Receita Federal, que reconheceu tratar-se de inconsistência sistêmica em sua base de dados. Relatou que houve reprocessamento das declarações, já solucionando a maior parte dos casos, restando apenas situações pontuais que ainda estão sendo tratadas. Ressaltou que a PREVCOM tem acompanhado diretamente todos os casos relatados, inclusive aqueles cuja origem não está vinculada às informações da entidade. Destacou que a expectativa é de que o reprocessamento em curso pela Receita Federal seja concluído em breve, consolidando a regularização definitiva. O Presidente agradeceu os esclarecimentos prestados pelo Sr. André registrou elogio à condução do tema pela Diretoria Executiva, destacando a celeridade no tratamento das demandas e a efetividade da comunicação com os participantes. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião. Eu, Camila Daniela Tardeli Cardoso, Secretária, lavrei e subscrevi esta ata que depois de lida e achada conforme, foi assinada pelos Conselheiros Titulares presentes.

Paulo Rafael Minetto Maceta

Presidente do Conselho

André Arcas de Souza

Conselheiro

José Roberto de Moraes

Conselheiro

Leonardo José Mattos Sultani

Conselheiro

São Paulo, na data da assinatura digital.



Documento assinado eletronicamente por **Camila Daniela Tardeli Cardoso**, **Assistente Técnico Previdência Complementar IV**, em 01/10/2025, às 18:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no <u>Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023</u>.





Documento assinado eletronicamente por **Paulo Rafael Minetto Maceta**, **Membro**, em 02/10/2025, às 09:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no <u>Decreto</u> Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **José Roberto De Moraes**, **Membro**, em 02/10/2025, às 10:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no <u>Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023</u>.



Documento assinado eletronicamente por **Andre Arcas de Souza**, **Membro**, em 07/10/2025, às 10:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no <u>Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023</u>.



Documento assinado eletronicamente por Leonardo Jose Mattos Sultani, Secretário Executivo, em 31/10/2025, às 17:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?
acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador
0084473716 e o código CRC DC8CE729.